



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CID GOMES

PARECER N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 11, de 2023 (Mensagem nº 96/2023, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.*

RELATOR: Senador CID GOMES

O Senado Federal é convocado a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Como é sabido, o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar, de maneira prévia, e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou, atendendo a preceito regimental, o currículo do indicado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações.

Filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, o indicado nasceu em 27 de abril de 1954, no Rio de Janeiro/RJ. É bacharel em Filosofia pela Universidade de Genebra (1975).

O candidato iniciou sua vida pública como Terceiro-Secretário em 1979, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). No mesmo Instituto, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1982 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 1997. Na oportunidade, defendeu tese intitulada: “O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva”.

No transcurso de sua carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1981; a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1993; a Ministro de Segunda Classe em 1998; e a Ministro de Primeira Classe em 2003, todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: assessor da Subsecretaria-Geral de Política Exterior (1990/92); Secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático (2003/04); Chefe de Gabinete do Gabinete do Ministro de Estado (2004/05); Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Política (2005/07); Secretário-Geral da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2009/11); e Ministro de Estado das Relações Exteriores (2011/13).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas (1994/99); Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra (1999/2003); Embaixador em Washington (2007/09); Representante Permanente na Missão junto às Nações Unidas (2013/16); Embaixador em Roma (2016/19); e, desde 2019, Embaixador no Cairo.

É autor das seguintes publicações: O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva, Editado pela FUNAG, Brasília (1998); Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas. Editado pela FUNAG, Brasília (2013); Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas (janeiro a agosto de 2013), volume II. Editado pela FUNAG, Brasília (2016); Artigo “Is the World Ready for Cooperative Multipolarity?”, publicado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI Dossie #2 (2018); Relatório Anual da iniciativa “Líderes para a Paz” – “A new humanism for a renewed multilateralism”, Relator Geral (2022); Artigo “Democratizar as Relações

Internacionais”, publicado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI Revista nº 3 (2022).

Recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras, quais sejam: Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Vermeil; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, Brasil; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval, Brasil; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil; Comendador Especial da Ordem do Mérito Militar, Brasil; Medalha da Vitória, Brasil; Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil; Ordem Nacional do Mérito, França; Grã-Cruz da Ordem do Libertador San Martín, Argentina; Grande Oficial da Ordem Real ao Mérito, Noruega; Grande Oficial da Ordem Alauita, Marrocos; Ordem do Condor, Bolívia; e Ordem do Sol, Peru.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Nesse sentido, o MRE enviou amplo relatório sobre o país, incluindo as relações bilaterais. Desse documento, que está à disposição das senhoras e senhores senadores, extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

Recordo, de início, que o Reino Unido compreende as três nações que ocupam a ilha da Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales), a Irlanda do Norte e os territórios ultramarinos. Berço das modernas instituições parlamentares e da Revolução Industrial, o país encabeçou, do século XIX até meados do século XX, um dos maiores impérios da história, que chegou a controlar um quarto das terras do planeta, com presença nos cinco continentes. Nos dias de hoje, a monarquia constitucional britânica mantém sólidas as tradições do Reino, como bem demonstrou a recentíssima coroação do Rei Carlos III.

Ademais, a monarquia goza de expressivo apoio dos seus súditos e o país mantém relações estreitas com suas ex-colônias por meio da Comunidade das Nações (*Commonwealth of Nations*), originalmente criada como Comunidade Britânica de Nações (*British Commonwealth of Nations*). Essa organização internacional, uma das mais antigas associações políticas de Estados existentes, conta hoje com 56 Estados independentes com contingente humano estimado em 2,5 bilhões de pessoas.

No plano internacional, importa destacar, ainda, que o Reino Unido é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além de integrar o Conselho da Europa, o G7, o G20, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização para Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras organizações internacionais. O país sobressai também no domínio cultural e acadêmico com algumas das mais antigas e prestigiadas universidades do mundo.

No que tange ao relacionamento bilateral, o documento encaminhado pelo Itamaraty ressalta que a parceria estratégica entre os dois países está assentada em relações históricas, que datam do reconhecimento pelo Reino Unido, em 1825, da independência do Brasil. Durante o século XIX, os britânicos eram praticamente nosso único credor financeiro.

Já o século XX representou período de arrefecimento das relações entre os dois países, em que pese a elevação em 1919 das respectivas legações no Rio de Janeiro e em Londres à categoria de embaixadas. Esse contexto resultou sobretudo do declínio da posição do Reino Unido no cenário político mundial.

O romper do novo milênio, no entanto, deu novo impulso ao relacionamento bilateral. Nesse sentido, o governo britânico tem diferenciado o Brasil no plano de sua política externa como país prioritário. Isso pela nossa relevância nos domínios do comércio e dos investimentos, bem como por ser o Brasil tradicional parceiro do Reino Unido nos mais importantes foros internacionais, em vista da convergência de valores comuns entre as duas nações (democracia, proteção ao meio ambiente, promoção dos direitos humanos).

Esse ambiente favoreceu o estabelecimento de uma variedade de instrumentos estruturados de diálogo entre Brasília e Londres (p. ex., Diálogo Estratégico de Alto Nível; Diálogo Estratégico em Ciência, Tecnologia e Inovação; Diálogo Político e Militar; e Diálogo de Indústrias de Defesa). São mecanismos que variam no grau de representação, no nível de formalidade e no alcance temático perseguido. Eles versam sobre assuntos os mais variados que vão das relações econômico-comerciais, passando por temas financeiros, cooperação técnica, agricultura, saúde, temas político-militares, cibernéticos e migratórios.

Detentor da sexta maior economia do mundo, o Reino Unido possui ambiente econômico bastante diversificado, com destaque para os setores de serviço, aeroespacial, petróleo e gás, automobilístico e fármacos. Esse quadro favorece as trocas comerciais entre os dois países. Nesse sentido, e de acordo com números do Itamaraty, o intercâmbio comercial, em 2022, foi da ordem de US\$ 6,455 bilhões. Nesse ano, o Reino Unido importou do Brasil bens no valor de US\$ 3,669 bilhões e exportou para o

País mercadorias no valor de US\$ 2,785 bilhões, com saldo de US\$ 884 milhões favorável ao Brasil.

O panorama descrito coloca o país em 20º lugar tanto no *ranking* de destino de nossas exportações quanto de nossas importações. Em 2022, os principais produtos exportados pelo Brasil foram ouro não monetário (22%); soja (10%); e despojos comestíveis de carnes (6%). A pauta importadora, no mesmo ano, foi composta sobretudo por bebidas alcoólicas (6,5%); inseticidas e semelhantes (4,8%) e produtos da indústria de transformação (5%).

Merece destaque, por igual, nestas considerações o fato de que o fluxo de investimento britânico no Brasil é bastante elevado. Eles se direcionam, de modo preponderante, ao setor de óleo e gás, mas também aos setores extrativo, financeiro e de transportes. Dados do Banco Central apontam o Reino Unido como 6º maior investidor imediato em nosso país com a cifra de US\$ 22,6 bilhões em 2021.

No tocante aos assuntos consulares, o Itamaraty esclarece que a comunidade brasileira no Reino Unido é estimada em cerca de 220 mil pessoas, sendo, assim, a segunda maior da Europa. Além dos consulados-gerais em Londres e Edimburgo, os nacionais brasileiros são também atendidos por quatro consulados honorários, situados em Belfast, Glasgow, Manchester e Cardiff.

À vista da natureza de relatório informativo e não de parecer, não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta peça que se destina, essencialmente, a instruir a sabatina do candidato pelos ilustres senadores membros desta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator